

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.852 - SP (2019/0134806-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ZUILA DE GOIS
AGRAVANTE : JOACHIM COHN
AGRAVANTE : ADALGIZA MIRANDA DOS SANTOS
AGRAVANTE : ALEXANDRE PENHA DO NASCIMENTO
AGRAVANTE : ANA MARIA AMANCIO RIBEIRO
AGRAVANTE : ANA MARIA BUENO DE SOUZA
AGRAVANTE : BENEDITA VAZ DE MOURA OLIVEIRA
AGRAVANTE : CARMENCITA ASSUMPCAO CARNEIRO
AGRAVANTE : CAROL ELIZABETH MARTINS PEREIRA
AGRAVANTE : CELSO TADEU DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : CLAUDIO AMORIM MARTINS
AGRAVANTE : DIRCE KIMIKO HIRATA TANJI
AGRAVANTE : EDNA APARECIDA ARAUJO DA SILVA
AGRAVANTE : EDNA MARIA DA CONCEICAO
AGRAVANTE : EDISON DE SOUSA LOPES
AGRAVANTE : ELZA BELLIA
AGRAVANTE : FRANCISCANA ARAUJO DA SILVA
AGRAVANTE : HELENITA BISPO DOS SANTOS
AGRAVANTE : HERMELINDA BORGES DE SOUZA
AGRAVANTE : IARA MARLI AVELINO DE SOUZA
AGRAVANTE : JOANICE LIMA CERQUEIRA DA COSTA
AGRAVANTE : JOAO BATISTA DE MOURA SILVESTRE
AGRAVANTE : JULIA MARIA DA SILVA ANGELO
AGRAVANTE : LEONICE MANGIOPANE
AGRAVANTE : LUCIA MARIA DE AZEVEDO
AGRAVANTE : MARIA DA CONCEICAO DA SILVA FORTE
AGRAVANTE : MARIA DAS GRASSAS SILVA VALERIO
AGRAVANTE : MARIA JERUZIA RODRIGUES
AGRAVANTE : MARIA LUIZA MOREIRA DIAS
AGRAVANTE : MARIA ZELIA GONCALVES DE ARAUJO
AGRAVANTE : MARILEA JUNQUEIRA SILVA PRATA DOS SANTOS
AGRAVANTE : MARLENE DOS ANJOS DA SILVA
AGRAVANTE : MARLENE PEREIRA DE AGUIAR
AGRAVANTE : ONDINA GUTIERREZ PAIVA
AGRAVANTE : PEDRO LONGO BAHIA
AGRAVANTE : SANDRA HELENA CORNELIO MIRANDA
AGRAVANTE : SARAH LUCIA PEREIRA LIMA
AGRAVANTE : SONIA REGINA FESCHER
AGRAVANTE : SUELY JUNKO HIRATA SATO
AGRAVANTE : UBIRAJARA BACEGA
AGRAVANTE : VALERIA ROMAO BARROS
AGRAVANTE : VANDA MARIA DA APARECIDA SOUSA
AGRAVANTE : LUCRECIO WAGNER DOS SANTOS PEREIRA
AGRAVANTE : ABIBE COHN
AGRAVANTE : EDSON LOPES DE SOUZA

AGRAVANTE : FRANCISCO PAULO MARTINS RODRIGUES
AGRAVANTE : JOSEFA GOMES DOS SANTOS COSTA
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA DE ALBUQUERQUE
AGRAVANTE : MARIA DA APARECIDA MOREIRA NASCIMENTO
AGRAVANTE : MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA
AGRAVANTE : MARIA GABRIELA CORREA
AGRAVANTE : MARILIA DA SILVA
AGRAVANTE : MARIO SATO
AGRAVANTE : WAGNER DOS SANTOS PEREIRA
AGRAVANTE : ZILDA RODRIGUES MOREIRA AMANCIO
ADVOGADO : SEVERINO ALVES FERREIRA - SP112813
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : ADRIANE MIRANDA SARAIVA - SP108280

S

GERMANA RAQUEL SILVA NEVES E OUTRO(S) - SP403847

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por CELSO TADEU DE OLIVEIRA e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 7/STJ e divergência não comprovada.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente os referidos fundamentos.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente